Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

KPDS 1902450

Conteúdo

Relatório da administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **7**

Balanço Patrimonial **11**

Demonstração do resultado **12**

Demonstração do resultado abrangente **13**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido **14**

Demonstração de fluxo de caixa **15**

Demonstração do valor adicionado **16**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **17**

Relatório da administração

Destaques

- Foram investidos R$ 419,3 milhões em 2025 em recuperação da malha viária, revitalização do Viaduto da Prainha com sinalização recuperada e instalação de telas de proteção e 4,5 Km de rodovia melhorada, instalação de 5 pórticos para cobrança eletrônica, 100% de Conectividade com sinal 4G em toda a rodovia, garantindo comunicação para usuários e equipes, ampliando e melhorando a cobertura 4G de 17 escolas públicas, 2 unidades de saúde e 9.712 propriedades rurais, cobrindo 55 municípios e 119 distritos, garantindo a Companhia o Prêmio ANTT Conectividade Destaque em Dezembro-2025.

- Em 2025 após a assinatura do Termo de Arrolamento de bens, foram realizadas intervenções ao longo da rodovia cumprindo requisitos de segurança viária e conforto aos usuários, sendo os mais relevantes:
  270 Km de asfalto recuperados,
  170 mil toneladas de massa asfáltica utilizadas,
  900 placas de concreto para reforço de pavimento,
  Mais de 6.100 novas placas de sinalização instaladas,
  1,806 mil m2 de área roçada e limpa,
  274 guarda-corpos trocados ou recuperados,
  1.680 toneladas de lixo e entulho retirados da rodovia.

- Receitas de pedágio (receita tarifária bruta) totalizaram R$ 128,6 milhões em 2025;

- Ebitda totalizou R$ 16,7 milhões em 2025, com Margem Ebitda de 3,15%;

- Captação da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia no valor total de R$ 430 milhões;

1. Sobre a Concessionária

1.1 Aos Acionistas

A Administração da Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A. ("Companhia") apresenta as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelos órgão reguladores competentes, incluindo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

1.2 Apresentação

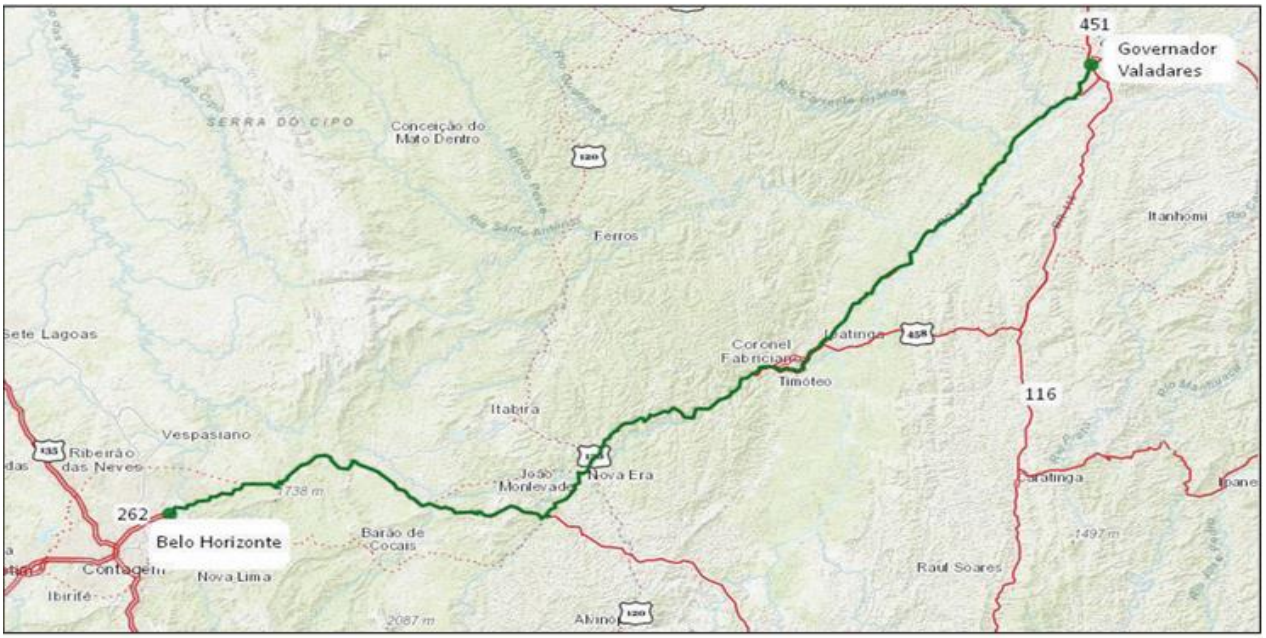
A Companhia é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rua Silva Fortes, 47 – sala 500, Bairro União, CEP 31.160-320, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar sob o regime de concessão a exploração de infraestrutura e prestação de serviço público para elaboração de projetos, construção, operação, manutenção e implantação de melhorias da BR 381, trecho com início em Belo Horizonte/MG , no entroncamento com a BR -262/MG (p/Sabará) até o entroncamento com a BR-116/MG (Governador Valadares/MG), com extensão total de 304 km, nos termos do Contrato de Concessão celebrado nos termos do contrato de concessão 01/2024 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT em decorrência do edital de concessão Nº 01/2024.

Constituída em 26 de novembro de 2024, sendo que o Contrato do Edital de Concessão nº 01/2024 foi firmado entre a ANTT e a Companhia em 22 de janeiro de 2025 e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens foi celebrado em 06 de fevereiro de 2025.

A Companhia cumpriu as condições precedentes para início da cobrança do pedágio em prazo menor do que inicialmente previsto para até 12 meses a partir da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens, mediante aprovação da ANTT, conforme previsto no Contrato de Concessão, possibilitando incremento de receita operacional estimada.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 27 de setembro de 2025 para os Pórticos P1 - Caeté e P2 - João Monlevade e em 17 de novembro de 2025 para os Pórticos P3 - Jaguaraçu, P4 - Belo Oriente e P5 - Governador Valadares, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais” ao longo da rodovia BR-381, conforme definido no Programa de Exploração do Lote. A receita tarifária tem previsão de reajuste anual de acordo com o Contrato de Concessão.



2. **Demais assuntos**

2.1 Investimento na Infraestrutura

Durante o exercício de 2025, a Companhia concentrou seus esforços na implantação da estrutura operacional da concessão e na execução dos investimentos iniciais previstos no contrato de concessão denominados “Trabalhos iniciais”.

Os investimentos realizados estão relacionados principalmente à melhoria das condições de segurança viária, ampliação da capacidade da rodovia, recuperação do pavimento e implantação de sistemas operacionais e de atendimento aos usuários.

2.2 Desempenho econômico-financeiro

O exercício de 2025 representou o primeiro período de operação da concessão com geração de receitas provenientes da cobrança de pedágio.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu receitas relacionadas à execução de obras de infraestrutura da concessão, conforme previsto nas normas aplicáveis aos contratos de concessão.

A Administração acompanha continuamente os indicadores operacionais e financeiros da Companhia, com o objetivo de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e o cumprimento das obrigações contratuais.

2.3 Governança e Gestão

A Companhia mantém práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas de mercado, com foco na transparência, na gestão responsável dos recursos e no cumprimento das obrigações regulatórias e contratuais.

A Administração permanece comprometida com a execução do plano de investimentos da concessão e com a prestação de serviços de qualidade aos usuários da rodovia.

2.4 Considerações Finais

2.4.1 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº. 162, de 13 de julho de 2022 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.

Belo Horizonte – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Reconhecimentos dos custos capitalizados com Construção e Infraestrutura	
Veja as Notas Explicativas 3.12 e 20 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	**Como a auditoria endereçou esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu adições no montante de R$405.319 mil referente a construção e infraestrutura que estão sendo realizadas na rodovia sob concessão. Conforme ICPC 01 (R1)/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações de infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesa quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil aplicada que podem ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, nas adições de construção e infraestrutura, que compreenderam: (i) inspeção de ordens de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e (ii) inspeção das medições de andamento das obras. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção, considerando os critérios de reconhecimento estabelecidos nos contratos de concessão; - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações financeiras do período anterior não auditadas

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. Também, não executamos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas como informação suplementar.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

Poliana Silveira Rodrigues

Contadora CRC MG-089473/O-0

Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	(Não auditado) 2024
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	6	158.266	4.469
Contas a receber de clientes	7	52.784	-
Impostos a recuperar		1.248	3
Adiantamentos a fornecedores	8 e 9	12.035	723
Outros créditos		2.163	1.095
Total do ativo circulante		**226.496**	**6.290**
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	2.701	406
Outros créditos		4	-
Total do realizável a longo prazo		**2.705**	**406**
Imobilizado	11	6.942	204
Intangível	12	324.170	6.154
Infraestrutura em construção	12	80.197	-
		411.309	**6.358**
Total do ativo não circulante		**414.014**	**6.764**
Total do ativo		**640.510**	**13.054**
Passivo			
Fornecedores	13 e 9	37.200	1.919
Debêntures	14	7.496	-
Obrigações sociais e trabalhistas	15	8.362	337
Imposto de renda e contribuição social	22	4.637	-
Impostos a recolher	16	7.109	436
Total do passivo circulante		**64.804**	**2.692**
Passivo não circulante			
Debêntures	14	226.980	-
Total do passivo não circulante		**226.980**	**-**
Total do passivo		**291.784**	**2.692**
Patrimônio líquido	18		
Capital Social		340.835	335.336
Capital a integralizar		-	(324.185)
Reserva de lucros		7.891	-
Prejuízos acumulados		-	(789)
Total do patrimônio líquido		**348.726**	**10.362**
Total do passivo e patrimônio líquido		**640.510**	**13.054**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	(Não auditado) 2024
Receita	19	531.407	-
Custo das vendas e serviços prestados	20	(467.052)	-
Lucro (prejuízo) bruto		**64.355**	**-**
Despesas administrativas	20	(53.653)	(1.207)
Provisão para perda de crédito esperada		(2.030)	-
Outras despesas operacionais		(7)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**8.665**	**(1.207)**
Receitas financeiras	21	15.954	13
Despesas financeiras	21	(10.504)	(1)
Resultado financeiro líquido		**5.450**	**12**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**14.115**	**(1.195)**
Imposto de renda e Contribuição Social (Corrente)	22	(7.729)	-
Imposto de renda e Contribuição Social (Diferido)	22	2.294	406
Resultado do exercício		**8.680**	**(789)**
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico (em R$)		0,00	0,00
Resultado por ação - diluído (em R$)		0,00	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		(Não auditado)
	2025	**2024**
Resultado do exercício	8.680	(789)
Total do resultado abrangente do exercício	**8.680**	**(789)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

			Reservas			
	Capital Social	**Capital Social a Integralizar**	**Reserva Legal**	**Reserva de Lucros**	**Prejuízos Acumulados**	**Total**
Saldos em 26 de novembro de 2024	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	335.336	-	-	-	-	335.336
Capital a integralizar	-	(324.185)	-	-	-	(324.185)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(789)	(789)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)	**335.336**	**(324.185)**	**-**	**-**	**(789)**	**10.362**
Integralização de capital	5.499	324.185	-	-	-	329.684
Resultado do exercício	-	-	-	-	8.680	8.680
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	7.457	(7.457)	-
Constituição de reserva legal	-	-	434	-	(434)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**340.835**	**-**	**434**	**7.457**	**-**	**348.726**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	(Não auditado) 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		8.680	(789)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11 e 12	8.095	-
Encargos sobre debêntures	14	9.005	-
Amortização do custo de captação	14	554	-
Imposto de renda e contribuição social	10	5.435	(406)
		31.769	(1.195)
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(52.784)	-
Adiantamentos		(10.933)	(1.102)
Imposto a recuperar		(1.245)	(4)
Outros créditos		(1.304)	(716)
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores		35.281	1.919
Salários e encargos sociais		8.026	337
Impostos a recolher		6.281	436
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais		**(15.091)**	**(325)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativos imobilizados	11	(6.942)	(204)
Aquisições de ativos intangíveis	12	(407.950)	(6.154)
Fluxos de caixa líquido usado nas atividades de investimentos		**(414.892)**	**(6.358)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/Integralização Capital Social	18	329.684	11.151
Debêntures captadas	14	230.000	-
Custo na captação de debêntures	14	(6.086)	-
Fluxos de caixa gerado pelas atividades de financiamento		**553.598**	**11.151**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.469	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		158.266	4.469
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**153.797**	**4.469**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	(Não Auditado) 2024
Receitas		**536.910**	**-**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	19	128.642	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	19	410.298	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	(2.030)	-
Insumos adquiridos de terceiros		(482.209)	(645)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	20	(412.786)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	20	(69.423)	(645)
Valor adicionado bruto		**54.701**	**(645)**
Depreciação e amortização		(8.095)	-
Valor adicionado líquido produzido		**46.606**	**(645)**
Valor adicionado recebido em transferência		15.954	13
Receitas financeiras	21	15.954	13
Valor adicionado total a distribuir		**62.560**	**(632)**
Distribuição do valor adicionado		**(62.560)**	**632**
Pessoal		**(30.942)**	**(563)**
Remuneração direta		(22.512)	(317)
Benefícios		(7.204)	(223)
F.G.T.S.		(1.226)	(23)
Impostos, taxas e contribuições		**(13.933)**	**406**
Federais		(9.654)	406
Estaduais		(302)	-
Municipais		(3.977)	-
Remuneração de capitais de terceiros		**(9.005)**	**-**
Juros		(9.005)	-
Remuneração de capitais próprios		**(8.680)**	**789**
Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício		(8.680)	789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Rua Silva Fortes, nº 47, sala 500, bairro União, CEP 31.160-320, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 6 de fevereiro de 2055, a exploração da infraestrutura e a prestação de serviços públicos rodoviários da BR-381/MG, no trecho localizado no Estado de Minas Gerais, compreendido entre Belo Horizonte/MG, no entroncamento com a BR-262/MG (para Sabará), e Governador Valadares/MG, no entroncamento com a BR-116/MG, com extensão aproximada de 304 km.

Nos termos do Contrato de Concessão nº 01/2025, celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em 7 de fevereiro de 2025, decorrente do Edital de Concessão nº 01/2024, a Companhia é responsável pela administração do sistema rodoviário concedido, compreendendo a execução das atividades de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia.

A Companhia foi constituída em 26 de novembro de 2024 e, ao longo do exercício de 2025, concentrou suas atividades na estruturação operacional da concessionária e na execução dos trabalhos iniciais previstos no contrato de concessão, incluindo mobilização de equipes, implantação de estruturas operacionais, serviços iniciais de recuperação e conservação da rodovia e preparação para início da operação plena da concessão.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 27 de setembro de 2025, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

As tarifas de pedágio poderão ser reajustadas anualmente, conforme previsto no contrato de concessão e regulamentação da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Em junho de 2025, com base no Termo Aditivo nº 01/2025, ficou acordada a troca de operação de praças de pedágio por operação de pedágios eletrônicos para cobrança de livre passagem.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

Ao final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações.

Entretanto, há previsão contratual de ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que tais investimentos ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e que sua implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O Poder Concedente poderá rescindir o contrato de concessão da Companhia em determinadas circunstâncias, incluindo desempenho insatisfatório da concessionária ou violação relevante das obrigações contratuais.

O contrato de concessão também poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações contratuais pelo Poder Concedente, como, por exemplo, o não cumprimento de obrigações de pagamento previstas no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Nessa hipótese, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados até decisão judicial transitada em julgado.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas contábeis internacionais IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelos órgão reguladores competentes, incluindo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão devidamente divulgadas e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2026.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores apresentados nessas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração, sendo eventuais revisões reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em exercícios futuros afetados.

As informações sobre as principais incertezas relacionadas a premissas e estimativas que apresentam risco significativo de resultar em ajustes materiais nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
- Nota 12 – Amortização dos ativos intangíveis: método linear;

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Receitas de contratos com clientes

A Companhia reconhece receitas em um modelo de cinco etapas:

(1) identificação do contrato com o cliente;

(2) identificação das obrigações de desempenho do contrato;

(3) determinação do preço da transação;

(4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e

(5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho.

As receitas de pedágio são reconhecidas no momento da utilização da rodovia pelos usuários.

As receitas acessórias são reconhecidas quando os serviços correspondentes são efetivamente prestados.

Pela política da Companhia, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhoria da infraestrutura, são reconhecidas receitas e custos de construção correspondentes, determinados com base no estágio de execução física das obras, normalmente alinhado às medições dos serviços realizados.

Assim, as receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando ocorre a utilização da infraestrutura pelos usuários ou quando os serviços são prestados.

As tarifas de pedágio são estabelecidas no contrato de concessão e estão sujeitas a reajustes periódicos conforme previsto contratualmente.

A receita não é reconhecida quando existir incerteza significativa quanto à sua realização.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

Adicionalmente, para fins de classificação, a Companhia considera as saídas de recursos previstas para os próximos três meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras correspondem aos demais investimentos financeiros que não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa.

3.3 Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

O custo dos ativos imobilizados compreende os gastos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou construção, incluindo custos com materiais, mão de obra direta e quaisquer outros gastos necessários para colocar o ativo em local e condição de funcionamento. Para ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado possuem vidas úteis diferentes, elas são contabilizadas como componentes individualizados.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a Companhia e seu custo possa ser mensurado de forma confiável. Os demais gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de itens do imobilizado, apurados pela diferença entre o valor da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado em outras receitas ou despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados a esse componente fluam para a Companhia e seu custo possa ser mensurado de forma confiável. O valor contábil do componente substituído é baixado. Os custos de manutenção rotineira são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica dos bens e/ou com o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados ao final de cada exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativa contábil.

3.4 Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

• direito de exploração da infraestrutura, conforme descrito na nota 3.12.

Os ativos relacionados a sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, calculada com base em sua vida útil estimada.

Nos termos do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a Companhia reconhece como ativo intangível o direito de explorar a infraestrutura concedida, sendo este ativo registrado pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços de construção ou melhoria.

Os custos de construção da infraestrutura são reconhecidos no resultado ao longo da execução das obras, em contrapartida ao reconhecimento do ativo intangível. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo do prazo da concessão e avaliados quanto à existência de indicativos de perda no valor recuperável, conforme ICPC 01. Caso tais indicativos existam, a Companhia realizará teste de recuperabilidade.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui obrigação legal ou não formalizada como resultado de evento passado, cuja liquidação seja provável e possa ser estimada de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para liquidar a obrigação, utilizando taxa de desconto antes dos tributos que reflita as avaliações

atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo.

Os efeitos financeiros decorrentes da atualização dessas provisões são reconhecidos no resultado.

3.6 Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão dos contratos de concessão

A Companhia monitora de forma preventiva e regular o ambiente regulatório com o objetivo de identificar a existência deprocessos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens relacionados ao contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios constituem instrumentos formais de interação entre a Companhia e o Poder Concedente para discussão de temas relacionados à execução do contrato de concessão, abrangendo, entre outros, assuntos que podem afetar a interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Esses processos podem ser iniciados por qualquer das partes e envolvem a análise e discussão de aspectos técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos relacionados à dinâmica da concessão. Durante sua tramitação, podem ser apresentadas posições preliminares ou não definitivas acerca das pretensões de cada parte. As decisões administrativas são proferidas em conformidade com a legislação aplicável e com os termos do contrato de concessão, podendo, em determinados casos, ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As discussões contratuais tipicamente envolvem, entre outros temas, reajustes tarifários, eventos de força maior, alterações no cronograma ou no escopo das obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento de requisitos contratuais específicos ou ainda sobre a forma de sua mensuração.

A mensuração dos impactos financeiros decorrentes desses processos envolve incertezas relevantes, decorrentes, entre outros fatores: (i) das diferentes interpretações das partes sobre os temas em discussão; (ii) de negociações e de seus desdobramentos ao longo do tempo; (iii) da complexidade técnica envolvida na quantificação de determinados pleitos, que frequentemente demandam perícias especializadas; (iv) da possibilidade de que diferentes temas sejam analisados e solucionados de forma conjunta; e (v) da forma de liquidação eventualmente estabelecida.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão pode ocorrer por diferentes mecanismos, tais como: (i) recebimento ou pagamento em caixa; (ii) extensão ou redução do prazo da concessão; (iii) alteração nos compromissos de investimentos futuros; ou (iv) aumento ou redução da tarifa de pedágio.

Reequilíbrios concedidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos contabilmente à medida que os serviços são prestados pela concessionária. Da mesma forma, reequilíbrios que impliquem redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, por se tratarem de contratos executórios, são reconhecidos quando da execução das obras de melhoria da infraestrutura.

3.7 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem, substancialmente, os rendimentos sobre aplicações financeiras, os efeitos de mensuração a valor justo de instrumentos financeiros ativos e as variações monetárias ativas sobre instrumentos financeiros passivos, quando aplicável.

As despesas financeiras compreendem, substancialmente, juros sobre passivos financeiros, variações monetárias passivas, atualização a valor presente de provisões e os efeitos de mensuração de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável.

Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa de juros efetiva.

3.8 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações relativas a benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas com base não descontada e reconhecidas como despesa à medida que o serviço correspondente é prestado.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas vigentes de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício, para imposto de renda, e 9% para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar ou a recuperar sobre o lucro tributável do exercício, com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo será realizado ou o passivo será liquidado, com base nas alíquotas vigentes ou substantivamente vigentes na data do balanço.

Na mensuração do imposto corrente e diferido, a Companhia considera os impactos de incertezas relacionadas às posições fiscais adotadas. A Administração entende que a provisão registrada para tributos sobre o lucro é adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto, com base em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretação da legislação tributária e experiência anterior. Essa avaliação envolve estimativas e premissas que podem resultar em alterações futuras nos montantes reconhecidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe direito legalmente executável de compensar ativos e passivos fiscais correntes, e quando se referem a tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser utilizados, observando-se o limite legal de compensação.

A recuperação dos ativos fiscais diferidos é suportada por estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração, que considera premissas de desempenho operacional futuro, crescimento de receita, volume de tráfego, índices de inflação e demais condições econômicas e de mercado.

O imposto diferido não é reconhecido sobre diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não configurem combinação de negócios e que não afetem o lucro contábil nem o lucro tributável.

3.10 Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que são originados.

Os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber sem componente significativo de financiamento) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido ou deduzido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente pelo preço da transação.

Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, especialmente contas a receber decorrentes da arrecadação de pedágio eletrônico (free flow) e demais créditos operacionais.

A mensuração das perdas de crédito de crédito esperadas é realizada em conformidade com o CPC 48 (IFRS 9), utilizando-se a abordagem simplificada para contas a receber de clientes, com reconhecimento de perdas de crédito esperadas ao longo da vida do ativo financeiro.

Metodologia
A Companhia adota matriz de provisão baseada no aging da carteira, construída a partir de:
• histórico de inadimplência observado;
• taxas de recuperação de créditos;
• características específicas da arrecadação free flow;
• análise de comportamento de pagamento dos usuários;
• informações prospectivas razoáveis e suportáveis (forward-looking), quando relevantes.
A carteira é segmentada por faixas de vencimento, refletindo o aumento progressivo do risco

de crédito ao longo do tempo.

- Percentuais de provisão (política aplicada)

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base nos seguintes intervalos de aging:
• Créditos a vencer: 1%
• 1 a 30 dias: 5%
• 31 a 60 dias: 15%
• 61 a 90 dias: 30%
• 91 a 180 dias: 60%
• Acima de 180 dias: 100%

Esses percentuais são revisados periodicamente com base na experiência histórica de perdas e nas condições atuais e projetadas do ambiente econômico.

- Reconhecimento e mensuração

A provisão é reconhecida no resultado do exercício, na rubrica de despesas com perdas de crédito esperadas, reduzindo o valor contábil dos ativos financeiros.
A mensuração considera a expectativa de não recebimento ao longo da vida do ativo, independentemente da ocorrência de evento de inadimplência.
Baixa de ativos financeiros (write-off)

Os ativos financeiros são baixados contra a provisão quando:
• não há expectativa razoável de recuperação; ou
• os esforços de cobrança administrativa e/ou judicial foram esgotados; ou
• os créditos apresentam aging superior a 180 dias, sem perspectiva de recebimento.
Eventuais recuperações de valores previamente baixados são reconhecidas como receita no resultado do exercício.

Julgamentos e estimativas relevantes
A mensuração da perda de crédito esperada envolve julgamento significativo da Administração, especialmente quanto:
• à definição das taxas de perda por faixa de aging;
• à estimativa de recuperação de créditos;
• à incorporação de premissas prospectivas;
• à avaliação do comportamento de pagamento dos usuários no modelo free flow.

A Companhia revisa periodicamente essas estimativas, podendo ajustar os percentuais de provisão de forma prospectiva.

A Companhia avalia os termos contratuais dos instrumentos financeiros para verificar se os fluxos de caixa contratuais representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto (SPPI test).

Essa avaliação inclui a análise de cláusulas contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, tais como:

- eventos contingentes que possam modificar os fluxos de caixa;
- cláusulas que ajustem taxas contratuais, incluindo taxas variáveis;
- cláusulas de pré-pagamento ou extensão de prazo.

O pré-pagamento é considerado consistente com o critério de pagamentos de principal e juros quando o valor pago representa substancialmente os valores de principal e juros contratuais ainda não pagos, podendo incluir compensação razoável por rescisão antecipada.

Adicionalmente, no caso de ativos financeiros adquiridos por valor diferente do valor nominal do contrato, a possibilidade ou exigência de pré-pagamento por valor equivalente ao valor nominal acrescido de juros contratuais acumulados é considerada consistente com esse critério, desde que o valor justo do pré-pagamento seja insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment, quando aplicável. As receitas de juros, os ganhos e perdas cambiais e as perdas por impairment são reconhecidos no resultado. Quaisquer ganhos ou perdas no desreconhecimento desses ativos também são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo receitas de juros e dividendos, quando aplicável, é reconhecido no resultado do exercício.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa de um ativo financeiro em transação na qual:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e, adicionalmente, não mantém o controle sobre esse ativo.

A Companhia pode realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas retém substancialmente todos os riscos e benefícios desses ativos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira.

A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os seus termos contratuais são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesses casos, um novo passivo financeiro, com base nos termos modificados, é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga, incluindo quaisquer ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado.

Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia possui direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e pretende liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.11 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ajuste do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada de ações ordinárias em circulação pelos efeitos de potenciais ações ordinárias diluidoras, quando aplicável.

3.12 Contratos de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 (R1) / IFRIC 12)

A infraestrutura abrangida pela ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão não é reconhecida como ativo imobilizado da concessionária, uma vez que o contrato de concessão não transfere a propriedade da infraestrutura à Companhia, mas apenas o direito de exploração para prestação de serviços públicos, sendo os bens reversíveis devolvidos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Nos termos desses contratos, a concessionária atua como prestadora de serviços, realizando obras de construção ou melhoria da infraestrutura e, posteriormente, operando e mantendo essa infraestrutura durante o prazo da concessão.

Quando a concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber é reconhecida pelo valor justo e pode assumir a forma de ativo intangível, ativo financeiro ou ambos.

A Companhia reconhece um ativo intangível na medida em que recebe o direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura concedida.

Caso a remuneração pelos serviços de construção seja composta parcialmente por ativo financeiro e parcialmente por ativo intangível, cada componente é reconhecido individualmente, com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

O direito de exploração da infraestrutura decorre dos dispêndios incorridos na construção de

obras de melhoria, em troca do direito de cobrar os usuários da infraestrutura ao longo do prazo da concessão. Esse direito é composto pelo custo de construção, acrescido, quando aplicável, dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis. A Companhia entende que eventual margem de construção líquida de tributos é imaterial, razão pela qual a considera equivalente a zero.

Dispêndios com obras de melhoria que não gerem benefícios econômicos futuros são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Em razão de os contratos de concessão serem executórios, as obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente à medida de sua execução física.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do prazo da concessão.

3.13 Informação por segmento

A Companhia atua exclusivamente na exploração de concessão pública de rodovia, que representa seu único segmento operacional e a forma pela qual a Administração monitora o desempenho e aloca recursos.

A área geográfica da concessão está localizada no Estado de Minas Gerais, e as receitas da Companhia decorrem, principalmente, da cobrança de tarifas de pedágio dos usuários da rodovia concedida, bem como de receitas acessórias relacionadas à exploração da infraestrutura.

Nenhum cliente individual representa mais de 10% da receita total da Companhia.

3.14 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elabora a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para determinadas entidades. Para fins do *IFRS Accounting Standards*, a DVA representa informação suplementar.

3.15 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Para ativos intangíveis relacionados a contratos de concessão, a avaliação considera projeções de fluxo de caixa descontado ao longo do prazo da concessão.

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos

impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 / CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

A norma introduz novos requisitos para apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, incluindo a definição de novos subtotais obrigatórios na demonstração do resultado, maior desagregação de informações e aprimoramento das divulgações relacionadas à performance financeira.

A Companhia está em processo de avaliação dos impactos decorrentes da adoção dessa norma, especialmente no que se refere à estrutura de apresentação da demonstração do resultado. Até o momento, não foram identificados impactos relevantes nos valores reportados, sendo esperadas alterações principalmente na forma de apresentação e divulgação das informações.

b) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40)

As alterações introduzem esclarecimentos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, bem como novos requisitos de divulgação.

A Companhia avaliou os impactos considerando seu modelo de perdas de crédito esperadas de crédito (CPC 48), inclusive no contexto de contas a receber decorrentes da arrecadação de pedágio (free flow), e não espera impactos relevantes decorrentes da aplicação dessas alterações.

c) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02 / IAS 21)

As alterações tratam da determinação da taxa de câmbio a ser utilizada quando uma moeda não é conversível, fornecendo orientações adicionais sobre a estimativa da taxa de câmbio nessas circunstâncias, bem como requisitos de divulgação relacionados.

A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da aplicação dessas alterações em suas demonstrações financeiras.

4 Determinações de valores justos

Políticas contábeis da Companhia baseados nas normas contábeis vigentes requerem a determinação do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros apurados para

fins de divulgação. Quando aplicável as informações relativas ao valor justo serão incluidas nas notas explicativas específicas relacionadas a cada ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

  O valor justo desses ativos financeiros é equivalente ao seu valor contábil, em razão de sua elevada liquidez e dos prazos curtos de vencimento.

- Aplicações financeiras

  O valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é determinado com base nos preços de mercado observáveis, geralmente correspondentes às cotações de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

  O valor justo utilizado para fins de divulgação é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas de desconto utilizadas são obtidas a partir de fontes de mercado observáveis, tais como B3 e Bloomberg.

  Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5 Gerenciamento de riscos financeiros

5.1 Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(a) Risco de crédito;

(b) Risco de taxas de juros e inflação; e

(c) Risco financeiro e liquidez.

A seguir são apresentadas informações sobre a exposição da Companhia a cada um desses riscos, bem como os objetivos, políticas e processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Divulgações quantitativas adicionais são apresentadas ao longo destas demonstrações financeiras.

a. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras nas quais são mantidos depósitos ou aplicações financeiras.

No caso de aplicações financeiras, a Companhia realiza operações apenas com instituições financeiras, conforme politica vigente e nota explicativa nº 23, avaliadas por agências de classificação de risco (*rating*).

Adicionalmente, a Companhia pode apresentar concentração de risco de crédito em relação a determinadas contrapartes institucionais, tais como o Poder Concedente, conforme aplicável.

Informações adicionais podem ser obtidas nas notas explicativas nº 6, 14 e 23.

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As taxas de juros nas aplicações financeiras e debêntures são vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 14 e 23.

c. Risco financeiro e liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados mediante pagamento em caixa ou mediante entrega de outros ativos financeiros.

A gestão de liquidez da Companhia é realizada por meio do monitoramento contínuo de suas necessidades de caixa e do acompanhamento de seus níveis de endividamento, considerando os padrões de mercado e o cumprimento de índices financeiros (covenants), quando aplicável.

A Administração entende que a Companhia possui capacidade para honrar suas obrigações financeiras e manter a continuidade operacional de suas atividades em condições normais de mercado.

Informações adicionais sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos estão divulgadas nas respectivas notas explicativas.

6 Caixa e equivalentes de caixa

		(Não auditado)
	2025	**2024**
Bancos conta movimento	3.325	1
	3.325	**1**

Aplicações Financeiras

	2025	**2024**
Modalidade		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	81.633	3.575
Compromissada	73.308	893
	154.941	**4.468**

Total	**158.266**	**4.469**
Circulante	158.266	4.469
Não circulante	-	-

A rentabilidade média das aplicações financeiras é de 99,06% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2025 (95,77% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Compreende substancialmente aplicações em CDB e compromissadas de bancos de primeira linha.

7 Contas a receber de clientes

Contas a receber líquidas

		(Não auditado)
	2025	**2024**
Circulante		
Contas a receber das operações (a)	54.814	-
Provisão para perda de crédito esperada	(2.030)	-
Total	**52.784**	**-**

Os vencimentos das contas a receber em 31 de dezembro de 2025 estão assim representados:

		(Não auditado)
Idade de vencimentos dos Títulos	**2025**	**2024**
Créditos a vencer	48.341	-
Créditos vencidos até 60 dias	3.531	-
Créditos vencidos de 61 até 90 dias	2.519	-
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	423	-
Total	**54.814**	**-**

A movimentação do período nas provisões para perda de crédito esperada estão demonstradas a seguir:

		(Não auditado)
	2025	**2024**
Saldo no início do período	-	-
Constituição da provisão para perda de crédito esperada	(2.030)	-
Saldo no final do período	**(2.030)**	**-**

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.

8 Adiantamentos a fornecedor

		(Não auditado)
	2025	**2024**
Adiantamento a fornecedor terceiros	6.030	723
Adiantamento a fornecedor partes relacionadas	6.005	-
Total	**12.035**	**723**

9 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2025, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R$ 3.779 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e/ou companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

	2025	(Não auditado) 2024
Ativo circulante		
Adiantamento a fornecedores		
Consorcio Construtor BR-381 (nota explicativa nº 8)	6.005	-
	6.005	**-**
Passivo circulante		
Fornecedores		
Consorcio Construtor BR-381 (nota explicativa nº 13)	5.811	-
	5.811	**-**
Resultado do exercício		
Custos e despesas		
4UM Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada I	969	-
Consorcio Construtor BR-381 (nota explicativa nº 20)	6.892	-
	7.861	**-**

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	(Não auditado) 2024
Ativo	**3.381**	**406**
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.380	-
Provisão de Prejuízos Fiscais	-	406
Provisão para fornecedores	1.311	-
Provisão para perda de crédito esperada - contas a receber	690	-
Passivo	**(680)**	**-**
Capitalização de juros	680	-
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	2.701	406

11 Imobilizado

Custo	**Benfeitorias Imóveis Terceiros**	**Móveis e Utensílios**	**Máquinas e Equipamentos**	**Equipamentos de Informática**	**Instalações diversas**	**Total**
Taxa (%) média anual	**50**	**10**	**20**	**10**	**10**	
Saldo em 26 de novembro de 2024 (não auditado)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	-	40	-	164	-	204
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)	**-**	**40**	**-**	**164**	**-**	**204**
Adições	3.201	1.296	712	2.374	83	7.666
Baixas	-	(3)	-	(7)	-	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**3.201**	**1.333**	**712**	**2.531**	**83**	**7.860**

Depreciação	**Benfeitorias Imóveis Terceiros**	**Móveis e Utensílios**	**Máquinas e Equipamentos**	**Equipamentos de Informática**	**Instalações diversas**	**Total**
Saldo em 26 de novembro de 2024 (não auditado)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	(614)	(55)	(35)	(212)	(3)	(919)
Baixas	-	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(614)**	**(55)**	**(35)**	**(211)**	**(3)**	**(918)**
Saldo líquido 31/12/2025	**2.587**	**1.278**	**677**	**2.320**	**80**	**6.942**
Saldo líquido 31/12/2024	**-**	**40**	**-**	**164**	**-**	**204**

12 Intangível e Infraestrutura em construção

Custo	**Serviços especializados**	**Equipamentos e veículos (a)**	**Obras civis**	**Total do Intangível**	**Infraestrutura em construção**	**Total**
Saldo em 26 de novembro de 2024 (não auditado)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	**6.154**	**-**	**-**	**6.154**	**-**	**6.154**
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)	**6.154**	**-**	**-**	**6.154**	**-**	**6.154**
Adições	1.767	23.067	300.288	325.122	80.197	405.319
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**7.921**	**23.067**	**300.288**	**331.276**	**80.197**	**411.473**

Amortização	**Serviços especializados**	**Equipamentos e veículos (a)**	**Obras civis**	**Total do Intangível**	**Infraestrutura em andamento**	**Total**
Saldo em 26 de novembro de 2024 (não auditado)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	(89)	(3.789)	(3.228)	(7.106)	-	(7.106)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(89)	(3.789)	(3.228)	**(7.106)**	**-**	**(7.106)**
Saldo líquido 31/12/2024	**6.154**	**-**	**-**	**6.154**	**-**	**6.154**
Saldo líquido 31/12/2025	**7.832**	**19.278**	**297.060**	**324.170**	**80.197**	**404.367**

(a) Equipamentos e veículos: referem-se a bens reversíveis vinculados à operação da concessão, incluindo veículos e equipamentos utilizados nas atividades operacionais, os quais, nos termos do contrato de concessão, serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo contratual. Tais ativos são reconhecidos como parte do ativo intangível, conforme ICPC 01 (R1). Esses ativos não conferem à Companhia o direito de controle econômico residual ao final da concessão, estando integralmente vinculados à prestação dos serviços concedidos.

(b) Método linear de amortização: os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. A Companhia adotou o método linear por entender que este representa de forma adequada o padrão de consumo dos benefícios econômicos dos ativos, considerando a natureza de suas operações e a utilização contínua da infraestrutura ao longo do prazo da concessão.

13 Fornecedores

	2025	(Não auditado) 2024
Fornecedores de materiais e serviços (a)	28.823	1.919
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	5.811	-
Cauções e retenções contratuais (b)	2.566	-
Total	**37.200**	**1.919**
Circulante	37.200	1.919

(c) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e

(d) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

14 Debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento Final	Valor Contratado	Valor Captado	2025	(Não auditado) 2024
Debêntures	CDI + 2,40% a.a.	março/2028	430.000	230.000	234.476	-
					234.476	**-**
Circulante					7.496	-
Não Circulante					226.980	-

Cronograma de amortização da dívida - Debêntures

A parcela classificada no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 tem o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - Debêntures

	2025
2028	230.000
	230.000
Custo de captação (não circulante)	(3.020)
Total	**226.980**

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2025 totaliza o montante de R$ 5.531 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

Movimentação das dívidas	**2025**
Saldo inicial	**-**
Captações	230.000
(-) Pagamentos do principal	-
(-) Pagamentos de juros	-
Provisão de juros (nota explicativa nº 21)	9.005
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	1.003
(-) Custo de captação do exercício	(6.086)
Amortização do custo de captação do exercício	554
Saldo final	**234.476**

Em setembro de 2025, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 430.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, no valor nominal total de R$ 430.000, dos quais R$ 230.000 correspondentes a 1ª série foram desembolsados, R$ 200.000 correspondentes a 2ª série a desembolsar em 2026, ambas as séries possuem mesma remuneração e serão pagas em uma única parcela no vencimento em março de 2028 e os juros pagos semestralmente conforme cronograma da Escritura. As garantias relacionadas a tal debênture são: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações, (ii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, (iii) Garantia Fidejussória do Fiador (Opportunity Dinâmico Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada), (iv) Conta Vinculada com passagem de fluxo de Recebiveis.

A Companhia realiza o acompanhamento das obrigações contratuais e todas as cláusulas referentes as debêntures estão sendo cumpridas integralmente.

15 Obrigações sociais e trabalhistas

	2025	**(Não auditado) 2024**
Salários e encargos	4.304	337
Participação nos lucros e resultados	4.058	-
Total	**8.362**	**337**

16 Impostos a recolher

	2025	(Não auditado) 2024
ISS a recolher	3.229	-
PIS/COFINS/CSLL a recolher	2.275	287
INSS a recolher	853	-
IRRF a recolher	752	149
Total	**7.109**	**436**

17 Provisões e Passivos Contingentes

a. Provisões

A Companhia não possui provisões constituídas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b. Passivos Contingentes (perda possível)

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações.

Com base na avaliação de assessores jurídicos, existem processos classificados com probabilidade de perda possível, os quais não são reconhecidos contabilmente, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante envolvido nesses processos totalizaram R$ 21, sendo relacionados a natureza trabalhista (R$ 0 em 31/12/2024).

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado é de R$ 340.835 (R$ 11.151 em 31 de dezembro de 2024). O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 340.835 dividido em 340.834.772 (trezentos e quarenta milhões, oitocentas e trinta e quatro mil, setecentas e setenta e duas) ações ordinárias totalmente subscritas e integralizadas.

Em 26 de novembro de 2024, a Companhia foi constituída mediante subscrição de 1.000 ações ordinárias nominativas ao preço de emissão de R$ 1, todas nominativas e sem valor nominal, devidamente integralizadas em 07 de novembro de 2024, pelo único acionista 4UM Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada I (“4UM”).

Em 12 de dezembro de 2024, o 4UM subscreveu o montante de R$ 335.334, mediante emissão

de 335.334.566 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo integralizadas da seguinte forma: R$ 11.150 em 13 de dezembro de 2024 e R$ 156.517 em 02 de janeiro de 2025.

Em 30 de junho de 2025, o acionista 4UM transferiu ao Opportunity Dinâmico Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada (FIP Opportunity") 167.667.783 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Na mesma data, 4UM e FIP Opportunity integralizaram a quantia de R$ 83.834 cada um.

Em 28 de julho de 2025, os acionistas da Companhia aumentaram o capital em R$ 5.499, com a emissão de 5.499.206 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$ 335.336 para R$ 340.835, divididos em 340.834.772 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Na mesma data os acionistas integralizaram a quantia de R$ 2.750 cada um.

	2025		(Não auditado) 2024	
	%	**Qtde. de ações**	**%**	**Qtde. de ações**
4UM Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada I	50%	170.417.386	100%	335.335.566
Opportunity Dinâmico Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada	50%	170.417.386	-	-
	100%	**340.834.772**	**100%**	**335.335.566**

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal, que estará à disposição para aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

O Estatuto preve que o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202, inciso I, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório, contudo devido a 1ª Emissão de Debêntures (dívida de curto prazo) é vedada a distribuição até sua liquidação.

19 Receita operacional líquida

	2025	(Não auditado) 2024
Receitas de pedágio	128.642	-
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	410.298	-
Total receita bruta	**538.940**	**-**
Impostos sobre receitas	(7.533)	-
Deduções da receita bruta	**(7.533)**	**-**
Total da receita operacional líquida	**531.407**	**-**

20 Custos e despesas por natureza

	2025	(Não auditado) 2024
Pessoal	30.942	563
Serviços de terceiros	47.319	389
Materiais, equipamentos e veículos	4.920	255
Amortização e depreciação	8.095	-
Custos de construção e infraestrutura	410.298	-
Verba de fiscalização	1.941	-
Propaganda e publicidade	2.414	-
Despesas indedutíveis	3.877	-
Energia elétrica	703	-
Outros	10.196	-
Total	**520.705**	**1.207**
Custos dos serviços prestados	467.052	1
Despesas administrativas e gerais	53.653	1.206

21 Resultado financeiro

	2025	(Não auditado) 2024
Receitas financeiras	**15.954**	**13**
Rendimento sobre aplicações financeiras	15.942	13
Outras receitas financeiras	12	-
Despesas financeiras	**(10.504)**	**(1)**
Juros sobre debêntures	(10.008)	-
Capitalização de custo das Debêntures	1.003	-
Amortização custos incorridos - Debêntures	(554)	-
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(203)	(1)
Outras despesas financeiras	(742)	-
Resultado financeiro líquido	**5.450**	**12**

22 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está apresentada como segue:

	2025	(Não auditado) 2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	14.115	(1.195)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(4.799)	406
Outras adições (exclusões)	(636)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(5.435)	406
Impostos correntes	(7.729)	-
Impostos diferidos	2.294	406
Alíquota efetiva de impostos	39%	34%

23 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos financeiros e os gestores de cada área reportam regularmente à Companhia sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites estabelecidos. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos internos, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com

suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2025, é de R$ 2.030, representando aproximadamente 1,6% do faturamento de clientes. Em 31 de dezembro de 2024 não havia contas a receber.

A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, nas quais realiza aplicação direta em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas, procura diversificar suas operações. Serão aceitas como Contrapartes as instituições financeiras e os emissores de títulos e valores mobiliários classificados com rating "AAA" (escala local).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2025	(Não auditado) 2024
Bancos conta movimento	3.325	1
Aplicações financeiras	154.941	4.468
Contas a receber de clientes	54.814	-
	213.080	**4.469**

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

	Valor Contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores	37.200	37.200	37.200	-	-	-	-
Debêntures	234.476	316.998	36.350	33.653	246.995	-	-
	271.676	**354.198**	**73.550**	**33.653**	**246.995**	**-**	**-**

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações

financeiras, debêntures e outras contas a pagar.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros expostos a taxa de juros era:

	2025	(Não auditado) 2024
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	154.941	4.468
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Debêntures	234.476	-

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Uma operação de 25% e 50% nas taxas de juros na data do balanço, teria aumentado (reduzido) o resultado conforme demonstrado abaixo.

A análise considera que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de juros efetiva a.a. em 2025**	**25%**	**50%**
1- Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	154.941	Variação do CDI	14,90%	28.858	34.629
2- Passivos financeiros					
Debêntures	(234.476)	Variação do CDI	14,90%	(43.671)	(52.405)
1 + 2 - Exposição líquida	**(79.535)**			**(14.813)**	**(17.776)**

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

		Valor contábil		**Valor justo**	
Ativo	**Classificação por categoria**	**31/12/2025**	**(não auditado) 31/12/2024**	**31/12/2025**	**(não auditado) 31/12/2024**
Caixa e equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	158.266	4.469	158.266	4.469
Contas a receber de clientes (ii)	Custo amortizado	54.814	-	54.814	-
Total		**213.080**	**4.469**	**213.080**	**4.469**
Passivo					
Debêntures (ii)	Custo amortizado	240.007	-	240.007	-
Total		**240.007**	**-**	**240.007**	**-**

(i) Para estas operações a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações.
(ii) O valor justo foi calculado projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (B3) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

24 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Conforme cláusula 12. Recursos Vinculados do Contrato de Concessão da Companhia, os recursos vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades:

- Compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço de Insumo, se aplicável;
- Compensações decorrentes do acionamento do Mecanismo de Compartilhamento do Risco de Demanda;
- Compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente;
- Recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão;
- Atenuação dos impactos de Reclassificação Tarifária, em caso de saldo relevante de Recursos Vinculados;
- Pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão; e
- Realização de ações voltadas ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente, à redução das emissões de gases de efeito estufa, ao meio ambiente e à responsabilidade social, além daquelas estabelecidas explicitamente neste Contrato, e em conformidade com a regulamentação da ANTT.

Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 2% (dois por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o Prazo da Concessão, podendo ser ajustado em razão da aplicação dos mecanismos contratuais e dos fatores de reequilíbrio, na forma prevista no Contrato.

A Companhia também possui compromisso mensal de pagamento da verba de fiscalização, num montante anual de R$ 1.950.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta mil reais), a ser atualizado pelo IRT periodicamente.

O contrato de concessão prevê valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão em R$ 9,5 Bi, em valores históricos firmados na data da assinatura do contrato de concessão.

* * *

Composição do Conselho de Administração

Rodrigo Silva Marvão
Presidente

Genilson Mello
Membro

Daniel Nobrega
Membro

Composição da Diretoria

Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura
Diretor Presidente

Danielle Agrizzi Vida
Diretora Financeira

Contador
Moacir Pereira da Silva Neto
Contador - CRC SP 263408/O